



# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1665 | 17 A 22 DE MAIO DE 2021



## BANCÁRIOS SEGUEM EM CAMPANHA PELA INCLUSÃO DA CATEGORIA COMO PRIORITÁRIA NA VACINAÇÃO



O Sindicato vem realizando atividades nos principais corredores bancários de Fortaleza e Região Metropolitana. A Contraf-CUT está pressionando os bancos **(pág. 3)**

**Empregados lamentam postura intransigente da Caixa em negociação. Banco negou todas as reivindicações (pág. 4)**

**Amplie sua licença paternidade para 20 dias: participe do curso de paternidade responsável que acontece no próximo dia 22/5 (pág. 6)**

# REFORMA TRIBUTÁRIA PARA BENEFICIAR QUEM?

**C**om a promessa de simplificar o sistema tributário, substituindo cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a reforma tributária voltou a tramitar no Congresso Nacional.

Para especialistas, a reforma tributária em tramitação no Congresso pode aumentar ainda mais a desigualdade social e tributária no país, já que tem a mesma lógica de propostas que vêm sendo encaminhadas desde 2016 e que são afinadas com a redução do papel do Estado, a privatização e o corte de recursos para políticas públicas sociais.

A reforma em tramitação traz armadilhas embutidas, como a descaracterização de tributos criados para finalidades sociais. Querem acabar com fontes importantes de financiamento da seguridade, que serão transformadas em um imposto nacional, desvinculado das funções para as quais estas fontes foram criadas. Isso pode gerar perdas.

Um exemplo seria a extinção da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A PEC 111 junta a CSLL com o IR (Imposto de Renda). A única forma de dar tratamento diferenciado aos bancos, por exemplo, que têm alta lucratividade, de outras empresas que têm baixa lucratividade, mas dão maior contribuição social, é a CSLL. A Constituição prevê a possibilidade de se aplicar alíquotas maiores de Contribuições Sociais em função das características dos setores e é por isso que os bancos estão sujeitos a alíquotas maiores da CSLL, por exemplo. Quando se elimina a CSLL e a Cofins, tira-se o poder do Estado de modular alíquotas para atingir mais determinados setores em relação a outros.

Alguns setores têm alto nível de lucratividade, mas geram poucos empregos. Por isso é justo que estes setores contribuam mais, pois produzem menos, apesar dos altos lucros. É por isso que é importante preservar esses instrumentos que permitem ao Estado estabelecer alíquotas diferenciadas para determinados setores que possam gerar mais demandas sociais.

Esse é um tema que demanda muito debate, pois temos um sistema tributário que onera demais os mais pobres e isenta os mais ricos. É por isso que não conseguimos reduzir a desigualdade. Temos que elevar a tributação para as classes mais ricas e reduzir a tributação sobre o consumo.

Temos de corrigir as distorções do Imposto de Renda, revogando a isenção sobre lucros e dividendos distribuídos aos sócios e acionistas, criando uma nova tabela de alíquotas com aumento do limite de isenção e desonerando as pequenas e microempresas da parcela correspondente ao Imposto de Renda e à da CSLL e aumentando a faixa de isenção do IRPF. Além disso, outro caminho seria taxar grandes fortunas e elevar a alíquota máxima do Imposto sobre heranças e doações.

Essas são duas medidas essenciais e atingem apenas os 0,3% mais ricos da população, com estimativa de aumento de arrecadação de quase R\$ 300 bilhões.

As propostas que estão tramitando no Congresso só aumentam a tributação sobre o consumo e oneram ainda mais os mais pobres. Precisamos atingir os mais ricos e reduzir impostos dos mais pobres para criar um sistema tributário mais justo. Essa é a nossa luta!



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

# BANCÁRIOS COBRAM QUE BANCOS DEFENDAM INCLUSÃO DA CATEGORIA NA PRIORIDADE DA VACINA

O sistema financeiro mantém relação próxima ao presidente Bolsonaro, mas se esquece de defender que a categoria bancária seja incluída na lista de prioridades para a vacinação contra a Covid-19. A crítica é feita pela presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

“Os representantes dos bancos vão jantar, fazem lives com o Bolsonaro, na quais discutem a venda de empresas públicas, inclusive dos bancos públicos, tratam de assuntos do interesse deles como essa reforma tributária e a administrativa, mas não tratam de priorizar a categoria bancária para tomar a vacina”, criticou a presidenta da Contraf-CUT, coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

A atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 e tem por finalidade atender às demandas de todos os clientes, usuários dos serviços e de toda a sociedade, inclusive dos beneficiários das políticas públicas vigentes, como o auxílio emergencial.

A Contraf-CUT enviou ofício ao Ministério da Saúde solicitando a inclusão da categoria no Plano Nacional de Imunização contra o coronavírus. No ofício enviado ao Ministério, a Contraf-CUT destaca que a atividade bancária “se mantém ativa e em funcionamento em todo o território brasileiro e a categoria bancária vem prestando o serviço com a máxima eficiência”, inclusive na “execução de políticas públicas de caráter social”. Vários sindicatos e federações já disponibilizaram para suas bases um abaixo-assinado virtual que cobra a inclusão da categoria bancária no grupo prioritário para a imunização.



**CEARÁ** – O Sindicato também encaminharam ofícios ao Governo do Estado do Ceará, à Assembleia Legislativa e à Secretaria de Saúde do Estado com o mesmo objetivo.

Além disso, a entidade ainda está realizando, semanalmente, uma campanha de conscientização sobre a importância da inclusão da categoria bancária como prioritária no plano nacional de imunização, visitando os principais corredores bancários de Fortaleza e da Região Metropolitana. Já foram visitadas agências do Centro, Aldeota, Messejana, Montese, entre outras. Na semana passada foi a vez das agências da Av. Francisco Sá (Fortaleza), Caucaia e Maracanaú. “Temos recebido apoio da população nesse sentido e destacamos que já que somos incluídos como serviço essencial, nada mais justo que sejamos incluídos como prioritários no plano

de vacinação”, afirmou o diretor do Sindicato, Aílson Duarte.

**VACINA PARA TODOS** – A defesa da inclusão da categoria não exclui a defesa de vacina para todos já, reivindicação atual, diante do atraso na aplicação da vacina. Defendemos vacina para todos e que os serviços essenciais, como o dos bancários, que tem possibilidade de transmissão do vírus pela característica da atividade econômica, sejam incluídos como prioridade no Plano Nacional de Imunização. A Contraf-CUT também tem cobrado dos bancos dados sobre número de infectados, óbitos na categoria e sobre sequelas decorrentes da doença. A entidade também tem reivindicado informações sobre programas de testagens nas instituições bancárias, bem como o cumprimento dos protocolos de proteção à doença.

# NEGOCIAÇÃO: CAIXA NÃO ATENDE NENHUMA DAS REIVINDICAÇÕES DOS EMPREGADOS

**D**ecepcionados. Foi assim que os representantes dos empregados da Caixa saíram da reunião online da mesa de negociação permanente realizada com a direção do banco, dia 11/5. Isso porque, o banco público não atendeu nenhuma das reivindicações encaminhadas pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.

**PLR SOCIAL** – O banco fez uma apresentação e disse que o pagamento da PLR foi em “reconhecimento a toda dedicação dos empregados em 2020” e alegou que o ACT teria sido integralmente cumprido e sustenta que extrapolou o que estava previsto na resolução 10/1995 da CCE. A Comissão dos empregados argumentou que, ao contrário do que foi dito pela Caixa, não houve o devido reconhecimento e valorização aos empregados no pagamento da PLR. A reivindicação é que o banco pague a diferença da PLR Social respeitando-se a Lei 10.101/2000 e a negociação coletiva. O ACT é bastante claro em dizer que a Caixa não se enquadra na limitação de 25% dos dividendos definida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), mas sim na limitação definida no próprio acordo que é de 15% do lucro líquido ajustado.

**DIA DO BASTA** – O segundo tema da pauta foi a aplicação da falta não justificada aos empregados que participaram da paralisação no Dia do Basta, mobilização organizada pela categoria no dia 27 de abril. A paralisação foi confirmada por decisão judicial após a Caixa ingressar com pedido de Tutela Cautelar Antecedente no Tribunal Superior

do Trabalho (TST). A direção da Caixa alegou que a paralisação era abusiva, mas o ministro do TST [Maurício José Godinho] indeferiu o pedido, garantindo o direito de greve aos trabalhadores. Os representantes dos empregados sustentam que o motivo da paralisação é a insatisfação dos empregados com a política de pessoas da direção da empresa e nada justifica o lançamento de Falta Não Justificada – FNJ no dia 27. A Caixa disse que registrou o pedido feito pela CEE/Caixa de lançamento de “paralisação” para o dia 27, mas mantém a orientação inicial do banco de falta não justificada.

**PROTOS COVID-19** – A CEE cobrou o cumprimento dos protocolos de prevenção, saúde e segurança contra a Covid-19 e melhoria permanente desses protocolos. Os representantes dos empregados trazem relatos de inobservância dos protocolos de prevenção, que não têm sido aplicados, muitas vezes, com a justificativa de

que é necessário bater a meta nas unidades. Houve cobrança do retorno do rodízio nas agências, melhoria dos sistemas, manutenção do home office, foco no atendimento e não nas metas, higienização adequada e pagamento das horas extras, que tem aumentado a sobrecarga de trabalho quando é realizada a compensação. Foi cobrado que a direção da Caixa negocie junto ao Governo Federal a priorização dos empregados no Plano Nacional de Imunização (PNI).

Sobre o atendimento nas agências, a orientação do banco é que só deve ser feito os serviços essenciais. Sobre metas de visitação, em especial para os gerentes PJ, o ponto ainda será esclarecido. Segundo a Caixa não existe qualquer orientação para retorno presencial de empregado do grupo de risco. Houve compromisso de o banco marcar uma reunião para tratar especificamente dos protocolos contra a Covid-19 a ser marcada ainda este mês.



# LUCRO DO BB ULTRAPASSOU OS R\$ 4,9 BI NO 1º TRIMESTRE

O Banco do Brasil obteve lucro líquido de R\$ 4,9 bilhões nos três primeiros meses de 2021, alta de 44,7% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação ao trimestre passado, o crescimento foi de 33%. O anúncio foi feito dia 7/5 e, juntamente com os resultados do balanço, o banco enviou aos funcionários um vídeo com seu presidente, Fausto Ribeiro, destacando a importância deles para a obtenção dos resultados. Em um trecho do vídeo, Fausto afirma que “atrás de cada número de nosso balanço está o esforço de cada um de vocês”, fazendo referência aos bancários.

“Neste ponto, concordamos completamente. Os excelentes resultados do banco são frutos do trabalho dos funcionários. Mas, infelizmente, para nós soa como puro marketing, no pior sentido”, afirmou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “O Fausto assumiu dizendo que valorizaria a nós e ao banco, mas nada fez para reverter o processo de desestruturação que levou à queda do seu antecessor. São medidas que reduzem a capacidade do banco cumprir sua função de banco público, que prejudicam estados, municípios e os brasileiros que vivem nestes locais, além de penalizar os funcionários”, completou.

**NÚMEROS DA DESESTRUTURAÇÃO** – A desestruturação a qual Fukunaga se refere pode ser vista nos dados do balanço, ao se analisar, por exemplo, a relação entre número de clientes, de pontos de atendimento e



## BANCO DO BRASIL

Lucro chega a quase R\$ 5 bi no 1º trimestre; banco faz jogada de marketing para dizer que valoriza funcionários

de funcionários. Em 12 meses, o número de clientes cresceu 3,7 milhões. Na contramão deste crescimento, estas pessoas viram e sentiram na pele (e nas filas) a redução de pontos de atendimento e de funcionários. O banco fechou 279 agências e reduziu o tamanho do quadro de pessoal em 4.881 funcionários. Para Fukunaga, os pontos acima já seriam suficientes para que o banco revise o processo de reestruturação, mas, ele diz que os funcionários também são afetados. “O fechamento de agências também os obriga a realizar grandes deslocamentos, com o adicional de ter que ser realizado diariamente e isso, somado ao aumento de clientes e redução de pessoal, leva à sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, ao adoecimento da categoria. Isso não é valorizar os funcionários”, afirmou.

“Com menos pontos de atendimento, menos funcionários para atendê-los e ainda ter que realizar grandes deslocamentos, o banco cria dificuldades para os pequenos agricultores, que estão procurando cooperativas de crédito e outros bancos para financiar suas produções. Mas, isso pode levar ao encarecimento ainda maior dos alimentos, uma vez que são estes produtores que produzem a comida que vai para a mesa dos brasileiros”, disse.



## LUCRO DA CAIXA ALCANÇOU R\$ 4,6 BI NO 1º TRIMESTRE

A Caixa Econômica Federal anunciou dia 12/5 os resultados do primeiro trimestre de 2021. O banco obteve um lucro de R\$ 4,6 bilhões no período, crescimento de 50,3% em relação aos três primeiros meses de 2020, alcançando uma rentabilidade (retorno sobre o patrimônio líquido – ROE) de 16,33%.

Além dos números do balanço, durante a apresentação dos resultados, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, destacou, em diversos momentos, que são realizados 40 milhões de pagamentos do Auxílio Emergencial por mês. Somente em programas sociais o banco pagou R\$ 384,8 bilhões, em benefício de 121,3 milhões de pessoas.

É importante destacar também as condições de trabalho degradantes dos empregados. Entre o final de março de 2020 para o final de março deste ano houve um estrondoso aumento de mais de 115 milhões de contas na Caixa.

O resultado disso foi o aumento da sobrecarga de trabalho que já estava desgastante para os empregados. No balanço apresentado, o banco anunciou a contratação de 7.704 “colaboradores”, sendo 2.766 empregados. Os demais são estagiários (1.162) e trabalhadores terceirizados (2.320 vigilantes e 1.456 recepcionistas).

# EDIÇÃO DE MAIO DO PROGRAMA PATERNIDADE RESPONSÁVEL ACONTECE NO PRÓXIMO DIA 22

Uma nova edição virtual do Programa Paternidade Responsável acontecerá no sábado, dia 22/5, através de videoconferência, utilizando o aplicativo Zoom.

O programa foi adaptado para não deixar de ser realizado durante a pandemia do novo coronavírus e assim, suprir a demanda dos futuros pais bancários.

A carga horária é de seis horas, com dois ciclos de três horas e intervalo (das 9h às 12h e das 14h às 17h), com o facilitador, psicólogo e terapeuta familiar Ben-Hur Oliveira. O aluno deve, preferencialmente, utilizar um computador para acessar as aulas. O bancário também assinará um termo de compromisso de participação na aula.

Os interessados em participar desta ou de uma das próximas edições do Programa, que é pré-requisito para a concessão dos 20 dias de licença paternidade previsto na nossa CCT, devem inscrever-se através do e-mail [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br), informando nome, lotação, número para contato/whatsapp, para que possa receber o link da reunião.



## FUNCIONÁRIOS COBRAM DO ITAÚ ESCLARECIMENTOS SOBRE O “GERA”

A Contraf-CUT enviou um ofício dia 7/5 para questionar o Itaú a respeito da implantação do programa de remuneração variável “GERA”. O objetivo é elucidar alguns pontos para continuar as negociações entre o banco e a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú. A próxima reunião está agendada para 18/5.

“Nós precisamos entender como de fato o novo programa vai influenciar no dia a dia do trabalhador do Itaú, para, a partir daí, conseguirmos negociar as melhores opções para o trabalhador”, explicou Jair Alves, coordenador da COE Itaú.

Veja abaixo os questionamentos:

- O “GERA” é um novo programa de remuneração variável em substituição ao antigo “AGIR”. Os funcionários querem saber quais são principais diferenças; por que houve essa substituição; quais os elegíveis;
- Como funciona o “GERA” MENSAL e o “GERA” SEMESTRAL e quais os critérios e pontuação; há diferenças entre a área comercial e a operacional;

- Como são definidas as metas;
- Detalhar todas as mudanças trazidas pelo “GERA” (Cestas de Soluções, Contrato Único e Nova Curva de Pagamentos);
- Todos os pagamentos são adicionais à PLR da CCT dos Bancários?
- Como o banco chegou ao valor de 25 pontos ao dia? Existe algum critério?
- Há o pagamento de um teto do programa?
- Existe ainda o programa VAI que é uma ferramenta de trabalho para os gerentes. O que o VAI interfere no “GERA”? Há relação direta entre os indicadores?
- Há muitas reclamações de trabalhadores das agências em relação às metas do “GERA” nesse período de pandemia. O que foi adaptado no “GERA” para enfrentar o período da pandemia?
- Sobre a exigência da certificação do CPA, os empregados só serão elegíveis ao “GERA” se estiverem habilitados? Existem outras exigências?

# SINDICATO ENTREGA CAMISAS AOS VENCEDORES DO BOLÃO DO BRASILEIRÃO

O diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Ricardo Dantas, realizou a entrega das camisas oficiais do Ceará e do Fortaleza aos vencedores do Bolão do Brasileirão realizado pelo Sindicato durante a edição do Campeonato Brasileiro em 2020. Os dez primeiros que somaram mais pontos ganharam uma camisa oficial do seu time do coração e o primeiro colocado leva ainda uma TV Smart 40”.

Devido ao quadro de pandemia, a entrega dos prêmios está sendo realizada através de agendamento com os bancários. Os contemplados que residem no interior do Estado receberão os prêmios oportunamente à retomada das visitas às suas respectivas regiões pela direção do Sindicato.

Receberam os prêmios na última semana os bancários torcedores do Vozão, Gilson Alves Borges (CEF Jurema); Elizângela Cândido Andrade (BNB Passaré); Davi Silva Tavares (Escritório Digital BB) e o torcedor do Leão, Anderson Gonçalves de Oliveira (CEF Messejana).

Em breve, divulgaremos a entrega dos prêmios aos demais ganhadores.



## APROVEITE OS DESCONTOS DA NOSSA PARCERIA COM A UNI7

A Uni7 (Universidade 7 de Setembro) oferece descontos especiais para os bancários sindicalizados através de sua parceria com o Sindicato dos Bancários.

Durante os meses de maio e junho, os cursos contemplam áreas como gestão, finanças, comunicação e marketing, e irão promover uma rica integração entre teoria e prática, com network de alto nível, professores de mercado e temas inovadores.

As vagas são limitadas. Mais informações no site: <https://www.escoladenegociosuni7.com.br> ou pelo telefone (85) 4006.7600.

PROGRAMAÇÃO MAIO/JUNHO 2021			
CURSO	DATA	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Fortalecendo Branding para Ampliar os Lucros	24 a 27/05	Prof. Danilo Benevenuto	12h
Análise das Demonstrações Financeiras	24 a 28/05	Prof. Wellington Brandão	15h
Análise de Dados com Python	31/05, 01, 02, 07 e 08/06	Prof. Afrânio Costa	15h
Gestão de Custos e Estratégia de Precificação	07, 10, 11, 14 e 17/06	Profa. Danielle Porto	15h
Gestão de Crédito e Cobrança	07 a 11/06	Prof. Igor David	15h

# SINDICATO REALIZA MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA



O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou no dia da negociação entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE Caixa) e a Caixa Econômica Federal, no último dia 11/5, manifestações em defesa da Caixa 100% Pública e a serviço da sociedade.

A estratégia do Governo Federal e da presidência da Caixa é dividir o banco em várias partes, uma delas é o chamado banco digital, que nada mais é do que um outro banco, com outro CNPJ, que será privatizado em seguida.

O mais grave é que todos os benefícios sociais do banco serão repassados para esta nova instituição. Qual será o futuro dos programas e benefícios

sociais se estiverem nas mãos do mercado privado, que só visa o lucro? As políticas públicas que atendem a população mais carente do país serão garantidas?

Lembramos que parte da arrecadação da Caixa é destinada para a realização de programas sociais em diversas áreas. Durante a pandemia, todos pudemos ver a importância da Caixa para o atendimento das necessidades sociais da população. Mas, esta é apenas a ponta do iceberg. Muitas vezes passam despercebidos os investimentos que a Caixa proporciona para projetos nas áreas da educação, cultura e esportes. Projetos que garantem a construção

da moradia para as pessoas.

Querer tirar da Caixa áreas altamente lucrativas, como a Caixa Seguridade e a Caixa Cartões, é comprometer investimentos estatais nestas áreas.

“A Caixa que queremos é uma Caixa 100% pública, responsável pelo atendimento à população que mais precisa e atuando sempre em defesa da sociedade, como patrimônio do povo brasileiro. Os empregados se dedicaram durante toda a pandemia com esse objetivo e nós vamos lutar para que essa seja a Caixa que continuará a existir”, destaca o vice-presidente da Feneae e diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Marcos Saraiva.

## 49% reprovam Bolsonaro

A rejeição ao governo Bolsonaro atinge quase metade da população brasileira. De acordo com pesquisa XP/Ipespe, divulgada dia 11/5, 49% dos brasileiros consideram o governo federal é “ruim ou péssimo”. Outros 58% desaprovam a maneira de Bolsonaro governar o país. Somente 29% julgam o governo como “ótimo e bom” e 35% aprovam a administração do país pelo atual ocupante do Palácio do Planalto. A atuação de Bolsonaro no combate à pandemia é reprovada por 58% dos brasileiros que consideram a gestão do negociacionista “ruim e péssima”. Somente 22% avaliam como “ótima e boa”. O levantamento ainda mostra que 63% avaliam que a economia está no caminho errado, contra 26% que acham que está no caminho certo.

## Universidades federais

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) destinado às universidades federais em 2021 teve redução de 37% nas despesas discricionárias, se comparadas às de 2010 corrigidas pela inflação. A queda afeta recursos destinados a investimentos e despesas correntes, como pagamento de água, luz, segurança, além de bolsas de estudo e programas de auxílio estudantil. A falta de recursos poderá levar à redução ou paralisação das atividades, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

## Volta da fome

No semiárido, cerca de 47% da população está em situação de fome. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) mostram que foram registradas cerca de 3 milhões e 674 mil pessoas em situação de insegurança alimentar grave durante a pandemia. A área classificada como semiárido compreende todos os estados da região Nordeste e algumas regiões de Minas Gerais. Ao todo, moram na região 7,7 milhões de pessoas. No orçamento da União de 2021, as despesas discricionárias chegaram ao menor índice da história, com um corte de R\$ 17,2 bilhões, o que impacta na manutenção das políticas públicas. No Brasil, são 19 milhões de pessoas passando fome, segundo a Rede PENSSAN.